



# Anais da Assembléia

Nº 65

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 04 DE JUNHO DE 1990.

ANO XVI

Ato da Presidência:

RESOLUÇÃO Nº 32/90

DATA: 29 de maio de 1990.

SÚMULA: Autoriza a realização de Plebiscito na área que especifica, no município de Santa Isabel do Ivaí, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de SANTA MÔNICA.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de Plebiscito, na área adiante descrita, no Município de SANTA ISABEL DO IVAÍ, para que a população decida sobre a criação do Município de SANTA MÔNICA.

"Inicia no encontro da estrada Santa Isabel do Ivaí - Planaltina do Paraná com o Ribeirão Taquara. Segue pela estrada Santa Isabel do Ivaí - Planaltina do Paraná até a ponte sobre o Ribeirão das Pedras ou Córrego dos Minérios, desce por esse até a sua foz no Ribeirão Selma, desce por esse até a sua foz no Rio Ivaí, desce por esse até a foz do Ribeirão Taquara, sobe por esse até o encontro com a estrada Santa Isabel do Ivaí - Planaltina Paraná, ponto inicial e final."

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DE SANTA MÔNICA

Inicia na estrada para Loanda no canto da quadra 2.

Desse ponto segue contornando as quadras 2, 7-A, 8, 8-A, 15, 16, 25, 25-A, 32, 33, 33-A, 37, 41, 40, 44, 43, 58-A, 65, 66, 74, 73 Cemitério, 90, 95, 94, 100, 99 e 98 até a estrada para Loanda até o canto da quadra 2, ponto inicial e final.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA  
ATA DA 44ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE 1990  
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Algaci Túlio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados:

Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Matos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Duílio Genari, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Ironi Pugliesi, João Arruda, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Luciano Pizzatto, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert. (48). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Gernote Kirinus, José Alves, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior e Sabino Campos (05).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIOS:

Sob o nº ATG/2279/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando que nomeou o Doutor QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA, como novo Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, conforme Decreto nº 6893, datado de 30 de maio de 1990. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº DTL/123/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 025/90, em razões de motivos expostos. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° DTL/124/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n° 023/89, em razões de motivos expostos. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° DTL/128/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n° 304/90, em razões de motivos expostos. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob os n°s DTL/SAT/119, 120, 121, 122, 125 e 126/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei números:

021/90: De autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que dispõe sobre a execução dos Hinos Nacionais e do Paraná, nas festividades cívicas ou esportivas e nos estabelecimentos de ensino o qual convertido em Lei tomou o n° 9.275. Anote-se - Arquite-se.

105/90: De autoria do Deputado DAVID CHERIEGATE, que cria o Município de IGUA-TU, desmembrado do Município de Corbélia, com sede no Distrito Administrativo de mesmo nome e divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.276. Anote-se - Arquite-se.

150/89: De autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que cria o Município de IMBAÚ, desmembrado dos Municípios de Telêmaco Borba e Reserva, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o número 9.277. Anote-se - Arquite-se.

211/90: De autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que cria o Município de PINHAL DO SÃO BENTO, desmembrado do Município de Santo Antônio do Sudoeste e divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.278. Anote-se - Arquite-se.

262/90: Do PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos suplementares aos orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público, conforme especifica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.279. Anote-se - Arquite-se.

289/90: Do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, que altera a Lei número 7.297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná) e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.280. Anote-se - Arquite-se.

# Requerimentos:

## REQUERIMENTO N° 1472

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei Complementar n° 011/90, de sua autoria, que visa alterar a composição da Região Metropolitana de Curitiba.

Sala das Sessões, em 04.06.90.

(a) ALGACI TÚLIO

## REQUERIMENTO N° 1470

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 04.06.90.

(a) WERNER WANDERER

## REQUERIMENTO N° 1469

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transformação da Assembléia Legislativa do Paraná em Comissão Geral para apreciação do Projeto de Lei n° 335/89, de sua autoria, que cria o Município de São Pedro do Iguaçu, desmembrado de Toledo.

Sala das Sessões, em 04.06.90.

(a) SABINO CAMPOS

## REQUERIMENTO N° 1480

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM após ouvido o Plenário, a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, com fundamento no artigo 62, § 3° da Constituição Estadual, para averiguar as causas e responsabilidades pelos graves problemas da educação pública em nosso Estado.

Requerem ainda, que a CPI seja integrada por sete membros, para que lhe seja conferida a máxima representação partidária.

Sala das Sessões, em 04.06.90.

(aa) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA,  
PAULINO JOSÉ DELAZERI,  
DAVID CHERIEGATE,  
VALDERI MENDES VILELA,  
LUIZ CARLOS ALBORGHETTI,  
DUILIO GENARI,  
NAMIR PIACENTINI,  
ACIR MEZZADRI,  
TADEU LÚCIO MACHADO,

FERRARI JÚNIOR,  
RAUL LOPES,  
NELSON VASCONCELLOS,  
PEDRO TONELLI,  
RUBENS BUENO,  
NEREU CARLOS MASSIGNAN,  
ALGACI TÚLIO,  
EZEQUIAS LOSSO,  
LUCIANO PIZZATTO e  
WERNER WANDERER.

## JUSTIFICATIVA:

1. A prolongada greve do magistério estadual está causando prejuízo às crianças matriculadas na rede pública, aos seus pais e à comunidade paranaense em geral, afetando justamente aquela faixa da população que mais carece do apoio do setor público para a sua formação e a abertura de oportunidade de futuro.

2. O Governo do Estado, funcionando a partir de uma postura arrogante e autoritária, não tem demonstrado competência para solucionar a questão, porque seus métodos para o trato do problema essencialmente são os mesmos desde que jogou a cavalaria DOS MILICIANOS SOBRE OS PROFESSORES, com uso de bombas e cassetetes defronte ao Palácio Iguaçu para atalhar a primeira manifestação de insatisfação do magistério estadual. Essa atitude inconseqüente vem se repetindo amiúde, como no episódio presente, quando os auxiliares do Senhor Governador pretenderam criar, através de resolução espúria e ilegal, um verdadeiro "tribunal de exceção" para julgar diretores de escolas, ato felizmente sustado por esta Assembléia;

3. Não obstante, o Executivo vem procedendo a chamamento irregular de professores PARA DEPOIMENTO ADMINISTRATIVO, EIS que veda a presença de advogada de defesa; além do que o Diário Oficial continua publicando demissões, de servidores do magistério adotadas ao arrepio da lei;

4. Num primeiro exame se nos afigura que a causa do problema reside nos baixíssimos níveis salariais pagos pelo Governo do Estado aos professores do ensino básico e do segundo grau, documentados por estudo do IPARDES, que mostra a canalização de recursos de Educação para a área do terceiro grau, enquanto se opera de modo insuficiente para o ensino básico, que é responsabilidade constitucional do Estado;

5. Doutro lado, ainda agora se confirmou, em Foz do Iguaçu, que este Governo prefere recorrer à força contra os professores do que lhes resolver as reivindicações que, para serem avaliadas quanto à justeza e procedência, precisam ser analisadas numa instância de alto nível como pretendemos seja esta CPI do Poder Legislativo paranaense. Com efeito, cumpre ao Poder Legislativo investigar amplamente as responsabilidades, os desacertos de gestão

e as alternativas de solução dos problemas de ordem pública decorrentes do desdobramento da crise do magistério estadual;

6. Está visto, pelos precedentes acima invocados, que o ramo executivo do Governo Estadual está desertando de sua responsabilidade na solução do problema, por querer transformar a crise do magistério num caso de polícia e inclusive pretendendo utilizar a forma coercitiva da autoridade policial em missão estranha e que ela não pode aceitar, porque desviada de suas respeitáveis tarefas constitucionais.

7. Cumpre pois, ao Poder Legislativo, chamar a si a responsabilidade de apurar, num inquérito amplo, o problema do magistério propondo soluções reclamadas pelo interesse público.

## REQUERIMENTO N° 1.473

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia Legislativa em COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO para apreciação do Projeto de Lei Complementar n° 011/90, de sua autoria, que visa alterar a composição da Região Metropolitana de Curitiba.

Sala das Sessões, em 04.06.90.

(a) ALGACI TÚLIO

## REQUERIMENTO N° 1.478

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto no artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a CONSTITUIÇÃO DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para o próximo dia 06 de junho, durante a sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 305/90, de minha autoria, que dispõe sobre o Registro Obrigatório, Licenciamento e Fiscalização dos Estabelecimentos de Hospedagem no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 04.06.90.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

## REQUERIMENTO N° 1.479

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor DÁRIO BORGES DE LIZ, ocorrido hoje, 04/06, em Guarapuava.

Requer ainda, que da decisão do Plenário, seja dada ciência aos seus familiares, sito à Rua Getúlio Vargas, 1.753, apartamento 304, em Guarapuava.

Sala das Sessões, em 04.06.90.

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Dário deixa a lamentar sua morte sua esposa, filhos, filhas, genros, noras e netos.

Dedicou-se à vida pública, ex-vereador e ex-vice-prefeito, pecuarista e agricultor, deixando exemplos de dignidade, responsabilidade e honradez.

O passamento do justo esposo, pai, avô e amigo, deixa profundo pesar naqueles que tiveram a felicidade de seu convívio, por onde passou.

#### REQUERIMENTO N° 1.481

Senhor Presidente.

NAMIR PIACENTINI, Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER que sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder, votos de congratulações e aplausos pela eleição e posse da nova Diretoria da ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO INTEGRADO DE FAROL - ADCIF, com sede no Distrito Administrativo de Farol, Município de Campo Mourão, ocorrida no último dia 29 do mês de maio do corrente ano.

Que a presente proposição represente os cumprimentos e o abraço do Poder Legislativo do Estado, bem como o desejo sincero de uma gestão profícua e empreendedora, sempre voltada aos reais interesses comunitários.

Requer-se ainda, que desta homenagem seja dada ciência ao Senhor JANE DE SOUZA PAXU, DD. Presidente eleito, sito à Avenida Paraná, s/n, Distrito de Farol - CEP 87.305 - CAMPO MOURÃO - PR.

Sala das Sessões, em 04.06.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

#### REQUERIMENTO N° 1.468

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER envio de telex ao Presidente do Senado, ao Presidente da Câmara e a todos os Líderes de Partidos com representação no Congresso Nacional, solicitando a imediata devolução da Medida Provisória n° 190, reeditada pelo Presidente da República após a derrubada da Medida Provisória n° 185, de idêntico teor, numa atitude que afronta a Constituição Brasileira e que demonstra claramente que o País caminha para o autoritarismo de um Presidente que não respeita a Constituição, o Congresso Nacional e a vontade soberana da maioria da população brasileira, que derrotou nas urnas em recentes eleições os partidos que defenderam o regime da ditadura que foi implantado a partir de 1964 em nosso País e, que o Presidente Collor quer reeditar agora, escondendo-se atrás do chamado "Brasil Novo". Requer ainda, "votos de louvor" ao Procu-

Curitiba, segunda, em 04.06.90

rador Geral da República "Aristides Junqueira", pela defesa intransigente da inconstitucionalidade da Medida Provisória de n° 190, dando-lhe ciência do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 04.06.90.

(a) PEDRO TONELLI

#### REQUERIMENTO N° 1.475

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Desembargador ABRAHÃO MIGUEL, Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando a instalação do Distrito Judiciário de NILZA, na Comarca de Iporã, assim qualificado pela Resolução n° 10/87, deste colendo Tribunal, datada de 14/08/87 e publicado no Diário da Justiça n° 2.504, DE 24/08/87 E NÃO INSTALADO ATÉ A PRESENTE data.

Sala das Sessões, em 04.06.90.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A presente medida se faz necessária pelo motivo de que a publicação no Diário da Justiça da citada resolução gerou expectativa de melhores serviços judiciários junto a população interessada diretamente na instalação do Distrito Judiciário de Nilza como fato consumado. Contudo, até o presente momento a mencionada instalação NÃO OCORREU.

Por esta razão é que apresentamos este requerimento zelando pela presteza que sempre se faz necessária à defesa do Direito e da Justiça. Como também, do dever incumbido à esta Casa de bem representar o interesse da mencionada comunidade.

#### REQUERIMENTO N° 1.476

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Desembargador ABRAHÃO MIGUEL, Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, consubstanciado em solicitação para que, através da Comissão Permanente de Organização e Divisão Judiciárias, seja qualificado em Distrito Judiciário, o Município de Fazenda Rio Grande, criado pela Lei n° 9.213, de 29.01.90.

Sala das Sessões, em 04.06.90.

(a) ANIBAL KHURY

#### MOÇÃO AO CONGRESSO NACIONAL

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ.

Considerando ser do interesse geral da

população e, especialmente do povo do Paraná, a estabilidade institucional da Nação, para que possam ser superados os problemas econômicos e sociais, sob um regime de leis por todos aceitas como legitimamente adotadas.

Considerando o risco de impasse institucional gerado pelo questionamento das sucessivas medidas provisórias com força de lei, adotadas pelo Poder Executivo Federal para dar corpo ao plano de estabilização.

Considerando a necessidade de superação desse ponto de conflito potencial que pode afetar a consolidação do Estado Democrático de Direito, aspiração primeira da sociedade brasileira e princípio fundamental de nossa Constituição.

Considerando mais, ser a guarda da Constituição, competência comum aos Estados, por força do artigo 23, I da Carta Federal.

APROVA o envio desta Moção ao Excelentíssimo Senhor Presidente e egrégios Membros do Congresso Nacional, instando pela imediata adoção dos procedimentos necessários à regulamentação do instituto das Medidas Provisórias previsto no artigo 62 da Constituição Federal.

Sala das Sessões, em 04.06.90.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

Apoio: Renato Adur, Vera Agibert, Nelson Vasconcellos, Rubens Bueno, Algaci Túlio, Orlando Pessuti e Pirajá Ferreira.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 331/90  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica criado o Município de Guamirim, "ad referendum" do plebiscito a ser realizado, desmembrado do Município de Irati, com as divisas abaixo especificadas:

1. Com o Município de Rebouças: "Começa na ponte da linha férrea sobre o Rio Preto, desce por este até a foz do Rio Água Quente, sobe por este até o Arroio da Campina".

2. Com o Município de Rio Azul: "Começa na foz do Arroio da Campina no Rio Água Quente, sobe por este até a foz do Rio Taquari, sobe por este até a foz do Rio Cachoeira, sobe por este até a sua cabeceira no Cerro do Leão".

3. Com o Município de Inácio Martins: "Começa no Cerro do Leão, na Serra da Esperança, segue pela encosta desta até encontrar a linha de alta tensão de energia elétrica da COPEL".

4. Com o Município de Gonçalves Júnior: "Começa na Serra da Esperança no ponto de intersecção da encosta com a li-

nha de alta tensão de energia elétrica da COPEL, segue por esta até o Rio da Campina, desce por este até a sua foz no Rio Mato Queimado".

5. Com o Município de Irati: "Começa na foz do Rio da Campina no Rio Mato Queimado, desce por este até a sua foz no Rio Preto, desce por este até a ponte da linha férrea, onde inicia".

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.06.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

PROJETO DE LEI N° 332/90  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica criado, "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de Prado Ferreira, com sede na localidade do mesmo nome, território desmembrado do Município de Mirassol, e divisas seguintes:

Começa na nascente do Córrego Floresta até sua foz no Ribeirão Capim. Segue pelo Ribeirão Capim até a foz do córrego que nasce na Lagoinha. Daí segue pelo Córrego Mitacunhá até desembocar no Ribeirão Vermelho.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.06.90.

(a) HOMERO OGUIDO

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei ora apresentado à apreciação desta Casa de Leis, além de ser anseio da população da comunidade, encontra-se dentro da linha de atuação ditada pela consciência de que a ampliação do número de Municípios, com a conseqüente diminuição das suas áreas territoriais, vem trazer a efetiva possibilidade de melhor atendimento às expectativas populares, com o subseqüente desenvolvimento macro econômico do Estado.

Criando-se o Município de Guamirim, esta Assembléia estará respondendo à sua função precípua de bem representar os interesses populares, de vez que o presente ato é fruto do entendimento da própria comunidade com o Município que lhe cederá o território. Assim, está o presente projeto embasado, além dos requisitos formais, na perfeita sintonia, que lhe confere o cunho de legitimidade necessário à sua perfeita eficácia.

Das razões expostas, entendemos perfeitamente possível sua tramitação, com a conseqüente aprovação pelos nobres Pares desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há

oradores inscritos no Pequeno Expediente.

Não há oradores inscritos no Grande Expediente.

No Horário das Lideranças, o PDS com a palavra.

(DECLINA).

Com a palavra, o PDC.

(DECLINA).

Com a palavra, o PFL.

(DECLINA).

Com a palavra, o PDT.

(DECLINA).

Com a palavra, o PTB.

(DECLINA).

Com a palavra, o PRN.

(DECLINA).

Com a palavra, o PL.

(DECLINA).

Com a palavra, o PT.

Concedemos a palavra ao Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI -- Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados, demais presentes; estou encaminhando um requerimento para que seja submetido à apreciação deste Plenário, para que mais uma vez este Parlamento se posicione diante de mais um grande absurdo cometido pelo Governo Federal. Absurdo que significa um desrespeito, primeiro com a ordem institucional, aprovada pelo processo constituinte de 1988. E segundo, um grande desrespeito com a população brasileira e principalmente com os trabalhadores deste País.

O meu requerimento está propondo o encaminhamento imediato de expediente aos líderes partidários do Congresso Nacional, para que seja rejeitado, sem apreciação, a medida provisória n° 190.

Estou recomendando esta rejeição pura e simples, pois ela constitui-se numa grave inconstitucionalidade. Isto, por si só, já basta.

O Presidente Collor está enxovalhando a nossa Constituição e desrespeitando o Congresso Nacional. Está fazendo o País regredir, rumo ao arbítrio e ao autoritarismo. Então, por isso, nós não podemos ficar mudos. Temos que nos posicionar. O Governo deve sofrer a reação imediata do Congresso, pois ele foi afrontado, com esta reedição que tinha sido derrubada.

O Governo, ele trabalha com uma democracia que não é duradoura, ao adotar a medida provisória como seu principal instrumento de poder, porque a sociedade não pode mais tolerar o comportamento do Governo, que está atentando contra o Estado de Direito e contra as liberdades democráticas.

O Governo fala que ele teve que reeditar esta medida provisória, que era a salvação do seu plano econômico. E quero fa-

lar a todos, nobres companheiros, Deputados, que a salvação do plano econômico não pode depender desta medida suspensiva dos reajustes salariais, como quer fazer crer nosso Governo Federal.

O Plano Collor já naufragou, pois o Governo se mostrou insensível diante da situação lamentável que se encontram hoje os assalariados e o Governo simplesmente preferiu ficar mentindo para a Nação anunciando inflação zero. Enquanto isso, os banqueiros e as grandes empresas deram um jeitinho e lançaram mão dos recursos retidos como demonstra o próprio Governo.

Essa fraude contra a opinião pública, agora cada dia que passa está sendo traduzida no descrédito crescente de todo o Plano.

Por isso Senhor Presidente, Senhores Deputados, não podemos colocar a reponsabilidade do sucesso do Plano simplesmente no salário dos trabalhadores brasileiros. Porque se assim for, os descamisados e pés descalços serão mais uma vez e estão sendo os responsáveis pelo fracasso, pelas barbaridades desse Governo.

Concedo com muito prazer o aparte ao Deputado Raul Lopes.

O Sr. Raul Lopes- Prezado Deputado Pedro Tonelli, ouço com atenção a sua exposição em avaliar essa medida provisória 190 que tem sido comentada, propalada a nível nacional ante tamanhas barbaridades que o Governo Federal vem desenvolvendo.

Eu achei de uma ousadia extraordinária o Procurador Geral da Justiça Dr. Alvarenga com a coragem que lhe é peculiar, manifestar o que isso vem representar ao País, à Nação evidente, e ao trabalhador.

Mesmo assim, esse Presidente em momento algum, naturalmente pela impáfia, pela prepotência, pela postura de um ditador como ele mesmo diz que nem mesmo nos idos tempos de 64 se houve, vem forçar uma determinada situação. Veja, quando o Congresso a apreciou e a rejeitou, ele em seguida mandou reeditar, num desrespeito total ao Congresso Nacional. Põe em litígio dois grandes Poderes em função de um terceiro que está por analisar.

Ele está por assim dizer, prezado e querido Deputado Pedro Tonelli antecipando um momento que está fadado a viver numa das maiores crises de comoção social no País.

Ele, parece que não analisou e não avaliou o que está por acontecer. Marcou data para que tal acontecesse. E neste País, lamentavelmente nós estamos fadados à data, hora e local vivermos o maior acontecimento drástico que essa história irá repetir.

De maneira que eu me parabênizo com seu pronunciamento, e o interrompi porque

eu ia ocupar a tribuna para fazer, mas faço neste aparte.

Parabéns e continue nesse raciocínio, que o senhor tem aqui um aliado seu que vai sustentar doravante e sempre, todas as posições que Vossa Excelência tomar nesse sentido.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu agradeço seu aparte nobre Deputado Raul Lopes. E suas palavras demonstram uma esperteza nesse momento que nós Parlamentares e líderes políticos, pessoas que têm expressão e influência, esse posicionamento se faz necessário. Aliás, Vossa Excelência sempre teve, desde que eu o conheci neste Parlamento representando principalmente um setor importante do serviço público, nossos servidores públicos, que Vossa Excelência sempre representou bem.

Portanto, faço minhas vossas palavras e espero, efetivamente, que este Parlamento se posicione aprovando esse requerimento e encaminhando expediente já para os líderes partidários no Congresso Nacional.

E espero que o Congresso Nacional compreenda e faça uso da sua prerrogativa e não acate tal barbaridade, porque senão Senhor Presidente, Senhores Deputados, o nosso partido, o Partido dos Trabalhadores e outros Partidos democráticos e populares, deste País, teremos que ir à rua, junto com o movimento sindical; teremos que participar da greve geral, no próximo dia 12, e nós temos que quebrar este Governo e suas barbaridades, na rua.

Por isso esperamos o posicionamento do Poder Legislativo, que tem esta prerrogativa de não acatar tal barbaridade!

Porque se o Congresso assim não o fizer nós o faremos na luta! Assim como nós lutamos contra o autoritarismo militar, contra todas as formas de autoritarismo, assim nós o faremos, na rua, mobilizando as categorias nós vamos desmoralizar este Governo autoritário que assumiu este País, e que, logo, logo, apenas dois meses e meio, já é o suficiente para vermos que é preciso derrubá-lo o quanto antes!

Era isso, Senhor Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao PSDB.

Havendo declinado, passa-se à

#### ORDEM DO DIA.

com a presença de 48 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor

Deputado Homero Oguido, necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n° 23/90, de autoria dos Deputados NAMIR PIACENTINI e NILTON BARBOSA, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de Assis Chateaubriand, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de ENCANTADO DO OESTE. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 37 de 09.04.90).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n° 31/90, de autoria dos Deputados ANIBAL KHURY e ACIR MEZZADRI, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, nos Municípios de Palmeira e Balsa Nova, para que a população decida sobre a criação do Município de Wittmarsum do Puro. Aprovado. (Public. no DA. n. 38 de 16.04.90).

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 306/90, de autoria do Deputado NAMIR PIACENTINI, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de MALU, com território desmembrado do Município de Terra Boa e divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 161/89, de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO E OFICINA DE CARIDADE SANTA RITA DE CÁSSIA, com sede e foro na cidade de Paranavaí. Aprovado. (Publ. no D. A. n° 59 de 27.06.89).

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 354/89, de autoria do Deputado ACIR MEZZADRI, que declara de Utilidade Pública a LEGIÃO DA FRATERNIDADE, com sede e foro nesta capital. Aprovado. (Publ. no D. A. n° 107 de 28.11.89).

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 320/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMUNIDADE VIDA NOVA, com sede e foro nesta Capital. Aprovado. (Publ. no D. A. n° 61 de 28.05.90.).

Sobre a mesa, requerimento de n° 1470, de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1473, de autoria do



Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1474, de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, com apoio dos Senhores Deputados Rubens Bueno, Pirajá Ferreira, Renato Adur e demais Senhores Deputados, constante do expediente.- Em discussão.

O SR. LUCIANO PIZZATTO (Pela ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de n° 1478, de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1472, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1476, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1479, de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1481, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1468, de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente.- Em discussão.

O SR. FERRARI JÚNIOR (Pela ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

O SR. JOSÉ FELINTO (Pela ordem) - Uma comunicação à Mesa, Senhor Presidente, comunico a Vossa Excelência e ao Plenário desta Casa que estou reassumindo o meu mandato na data de hoje, conferido pelo povo do Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Assume o Deputado Felinto, continua no exercício do mandato o Deputado Pizzatto.

Requerimento de n° 1469, de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1475, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legis-

lativa.

Requerimento de n° 1480, de autoria dos Senhores Deputados Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Namir Piacentini e demais Senhores Deputados, constante do expediente.- Em discussão.

São estas as justificativas os pontos básicos da justificativa, em relação à solicitação da Comissão Parlamentar de Inquérito, que solicita o Deputado David Cheriegate com a assinatura de mais 18 dos Senhores Parlamentares, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tendo em vista o requerimento apresentado por 18 Deputados e de acordo com a Constituição Estadual e Regimento Interno, fica constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a situação da educação no Estado do Paraná.

Senhores Líderes, de acordo com o cálculo feito pela Mesa o PMDB terá direito a dois Membros, o PSDB 1 Membro, o PFL 1 Membro, o PDT 1 Membro, o PRN 1 Membro e o PTB 1 Membro.

Solicito a indicação da representação de cada partido de acordo com o que nós anunciamos.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - A bancada do PSDB indica o Deputado Nelson Vasconcellos para compor esta C.P.I. anunciada por Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência por obséquio formalize a indicação.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, pela ordem.

Senhor Presidente, nós vamos participar como Membro desta C.P.I. e a bancada do PDT indica o Deputado Valderi Vilela.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa também informa aos Senhores Líderes, que poderão indicar, juntamente com o titular o suplente.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Deputado Algaci Túlio, do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência deve formalizar a indicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 05, às quinze horas, uma Sessão Solene para outorga de



Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Olavo Godoy.

Marca ainda, uma Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 20/89

e do Projeto de Resolução n° 61/90

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 161/89, 354/89, 320/90

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Leis n°s 70/89, 203/89, 223/89, 294/89, 332/89, 290/89, 300/89, 290/90, 314/90

e do Projeto de Resolução n° 57/90.

Levanta-se a sessão.